



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2018

Reunião Ordinária de 27 de dezembro de 2018

1. ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e cinquenta minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Financeira

1.1. Balancete

1.2. Pagamentos

1.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2018

1.4. Alteração ao Orçamento de 2018

2. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo

2.1.1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera – Prorrogação do prazo de elaboração

2.2. Projeto da 1.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castanheira de Pera

3. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais

3.1. Empreitada de “Intervenções de Estabilização de Emergência Pós-incêndio/Incêndio 2017 (Incêndio Florestal de Pedrógão Grande)” – Adjudicação e minuta de contrato

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A Sra. Presidente informou os Senhores Vereadores que não foi possível concluir as atas que se encontram em atraso, dando conta que as mesmas iriam ser submetidas em próxima reunião de Câmara.

Não se registando intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2018

Reunião Ordinária de 27 de dezembro de 2018

A Sra. Presidente deu início a este ponto informando que foi rececionado hoje o parecer do Revisor Oficial de Contas relativo aos contratos-programa a celebrar com a empresa municipal Prazilândia, documento que ficará junto dos restantes documentos da presente reunião, facultando cópia do mesmo aos Srs. Vereadores. Mais disse que o documento iria ser também remetido aos membros da Assembleia Municipal.

Deu também conhecimento que esteve presente, em Lisboa, juntamente com os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere e Porto de Mós, numa reunião promovida pela CIMRL, no passado dia 17 de dezembro, com a Administração dos CTT, para perceberem o motivo do encerramento da estação dos CTT no concelho de Alvaiázere, tendo-lhes sido comunicado que o motivo que originou tal decisão prende-se com uma reestruturação dos serviços e que não iria haver o encerramento de mais nenhuma estação dos correios, estando a de Castanheira de Pera salvaguardada nesse sentido.

Continuando, informou que a ARTEiMANHA, sediada em Figueiró dos Vinhos, solicitou junto do Executivo o agendamento de uma reunião para dar conta de um projeto que incide sobre a recolha de imagens pela National Geographic nos Concelhos afetados pelos incêndios de junho de 2017, desconhecendo ainda o local das filmagens em Castanheira de Pera, tendo percebido que seria, eventualmente, na proximidade do estaleiro municipal, acrescentando que a pretensão se encontrava em apreciação.

Prosseguindo, deu conhecimento que a pedido do Executivo se encontra agendada uma reunião para dia 15 de janeiro próximo com o Administrador Judicial da Fábrica Barros III.

Terminou, dizendo que tem havido um grande volume de pedidos das vítimas dos incêndios para que o Município as auxilie na instrução de pedidos de indemnização junto da CPAPI, estando o Município a prestar essa ajuda.

Em complemento, interveio a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo, para dizer que a Câmara Municipal tem colaborado com as pessoas na instrução dos processos.

Mais acrescentou que têm aparecido processos muito complicados devido, nomeadamente, à inexistência, em alguns casos, de documentos das viaturas ardidas, bem como de registos clínicos que possibilitem a concessão pela saúde do estatuto de vítima, dificultando, assim, a obtenção dos documentos instrutórios do pedido junto da CPAPI, tudo agravado pelo culminar do prazo para apresentação dos mesmos.

Na sequência da informação que a Sra. Presidente prestou relativa ao agendamento da reunião com o Administrador Judicial da Fábrica Barros III, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou qual é o posicionamento do Município e qual o objetivo da reunião.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que a reunião tem como objetivo esclarecer algumas questões que suscitaram dúvidas ao Executivo, considerando-as pertinentes, nomeadamente, no que concerne à avaliação do imóvel, bem como



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2018

Reunião Ordinária de 27 de dezembro de 2018

outras igualmente relevantes, inclusivamente as dúvidas levantadas pelo próprio Tribunal de Contas.

Complementando a intervenção anterior, usou da palavra a Dra Bernardina Macedo para dar conta que se pretende também ver esclarecidas questões do ponto de vista da legalização de uma parte do imóvel que não se encontra registada, dos valores dos prédios, entre outras.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se, no caso concreto da parcela de cerca de 8 mil metros que não estão legalizados, é possível legalizar.

A Dra. Bernardina transmitiu que, à data, falou com a Sra. Conservadora que a informou que, em princípio, não haveria problemas, mas que só se poderia pronunciar em termos definitivos quando tivesse lá toda a documentação para legalização.

Por fim, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez votos para que a reunião fosse acima de tudo esclarecedora e que, de uma vez por todas, se avançasse para uma decisão de acordo com o entendimento do Executivo.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Henriques usou da palavra para questionar sobre o resultado da reunião alargada da Proteção Civil no que respeita ao abate de árvores.

Prosseguindo, verificou que existe um atraso na recolha de leituras de consumo de água muito além dos habituais 30 dias o que vai inflacionar os valores de consumo tendo em conta também o aumento das restantes taxas fixas. Não tendo o consumidor qualquer tipo de responsabilidade sobre esse atraso vai originar a subida de escalão, acabando este por pagar mais do que o normal. Posto isto, sugeriu que essa situação fosse revista, para que os valores fossem repostos aos consumidores.

Esclarecendo, a Dra. Bernardina Macedo informou que, após verificação efetuada aos contadores, se havia verificado, nomeadamente, que alguns deles, tinham, manifestamente, mais contagem do que aquela que constava dos registos da Autarquia e outros tinham menos sendo que, no primeiro caso, o Município não tem condições para poder atestar que não corresponde ao mês em causa.

No uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que foram detetadas incorreções estando a Câmara Municipal a aferir caso a caso, o que origina um atraso na recolha das leituras, em cerca de uma a duas semanas. De qualquer forma tomou nota da intervenção do Sr. Vereador António Henriques por forma a aferir a situação, com a garantia de que tudo faria para tentar que até final de dezembro o problema ficasse resolvido.

Relativamente à reunião alargada da Proteção Civil, deu conta que esta foi realizada no passado dia 20 de dezembro, tendo-se abordado várias questões sobre a segurança de pessoas e bens, nomeadamente quanto à queda de árvores



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2018

Reunião Ordinária de 27 de dezembro de 2018

para a faixa de rodagem, bem como a questão relativa ao pedido efetuado pelo Município junto do LNEC solicitando proposta para essa entidade avaliar a estabilidade estrutural das pontes existentes no Concelho, e também a questão da estrada que vai para a localidade do Carregal Cimeiro uma vez que se encontra cortada.

Terminando, informou ainda que foi dado conta à Comissão do ponto de situação do controlo das vespas asiáticas e que a Câmara Municipal se encontra a equacionar a montagem de algumas armadilhas no Concelho por forma a evitar a propagação de ninhos.

Relativamente à informação prestada sobre a estrada que se encontra cortada, o Sr. Vereador António Henriques questionou o que é que o Executivo pensa fazer para contornar o perigo eminente de derrocada, expressando opinião no sentido de que, com urgência, deveria ser feita alguma coisa para prevenir situações desagradáveis, ao que o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que se estava a pensar efetuar o corte de arvoredos e a consolidação do talude.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 21 de dezembro de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.327.180,81 € (dois milhões trezentos e vinte e sete mil cento e oitenta euros e oitenta e um centavos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.278.544,04 € (dois milhões duzentos e setenta e oito mil quinhentos e quarenta e quatro euros e quatro centavos) e as operações não orçamentais no valor de 48.636,77 € (quarenta e oito mil seiscentos e trinta e seis euros e setenta e sete centavos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.337.324,11 € (dois milhões trezentos e trinta e sete mil trezentos e vinte e quatro euros e onze centavos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta centavos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

5. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 13/12/2018 e 21/12/2018, registados sob os números 1538 a 1642, no valor total de 340.911,32€ (trezentos e quarenta mil novecentos e onze euros e trinta e dois centavos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

6. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 21/12/2018, autorizando a 17.ª Alteração, às Grandes Opções do Plano, no valor de 7.970,00 € (sete mil



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2018

Reunião Ordinária de 27 de dezembro de 2018

novecentos e setenta euros) nas Atividades Mais Relevantes por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2018

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 21/12/2018, autorizando a 20.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 70.391,00 € (setenta mil trezentos e noventa e um euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade em minuta.

8. 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PERA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO

Nos termos do n.º 6 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a prorrogação do prazo fixado para elaboração da alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera, por mais 5 meses, com início a 16 de dezembro de 2018.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. PROJETO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PERA

No seguimento da deliberação tomada por unanimidade em reunião ordinária da Câmara Municipal de 30/11/2018, não se tendo constituído quaisquer grupo(s) de interessados no âmbito da publicitação efetuada relativa ao início do procedimento, foi elaborado o presente projeto da 1.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castanheira de Pera.

Considerando que desde a entrada em vigor do regulamento em causa ocorreram diversas alterações legislativas que urge transpor para o mesmo;

Considerando que foi também detetada a necessidade de proceder a algumas melhorias no seu texto, nomeadamente, para efeitos de clarificação e de retificação de alguns lapsos;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o supra mencionado projeto de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, após o que se deverá dar seguimento aos ulteriores trâmites inerentes ao procedimento.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. EMPREITADA DE “INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS – INCÊNDIO/INCÊNDIO 2017 (INCÊNDIO FLORESTAL DE PEDRÓGÃO GRANDE) - ADJUDICAÇÃO

Atendendo ao estipulado no n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua atual redação (Código dos Contratos Públicos) remete-se



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2018

Reunião Ordinária de 27 de dezembro de 2018

à Câmara Municipal o relatório final e demais documentos que compõem o processo de concurso referente à empreitada “Intervenções de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio/Incêndio 2017 (Incêndio Florestal de Pedrogão Grande)”.

Propõe-se que, nos termos e com os fundamentos constantes do supramencionado relatório, a Câmara Municipal delibere aprovar a adjudicação da empreitada à firma Irmãos Almeida Cabral, Lda., pelo valor de 362 181,93 € (trezentos e sessenta e dois mil, cento e oitenta e um euros e noventa e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Propõe-se ainda, de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do contrato a celebrar com o adjudicatário, cuja cópia se anexa à presente deliberação e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou da palavra o Sr. Altino Henriques para sugerir a colocação de uma lombas em calçada ou alcatrão com um nível considerado de elevação, por forma a evitar excessos de velocidade na localidade das Sarzedas de São Pedro, ao que a Sra. Presidente referiu que o assunto seria analisado.

Retomando, o Sr. Altino Henriques lembrou o pedido que já havia feito relativamente ao corte de um pinheiro que se encontra em risco de cair para a via pública, tendo a Sra. Presidente informado que iria saber o ponto de situação do referido assunto.

12. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram quinze horas e quarenta minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____